

ASPECTOS FUNCIONAIS E ESTRUTURAIS DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS FALADO

Roberto Gomes CAMACHO¹

- **RESUMO:** Este trabalho examina alguns fatores lingüísticos da concordância verbal numa amostra da variedade culta falada da cidade de São Paulo. Os resultados mostram que a concordância verbal, uma regra variável, mesmo na variedade padrão, é governada por condições de natureza funcional e estrutural. De um ponto de vista funcional, observa-se supressão de pluralidade em verbos existenciais, de natureza apresentacional. De um ponto de vista estrutural, nem sempre o elemento nuclear do SN exerce o controle da concordância, mas o termo mais adjacente ao verbo. Essas observações conduzem a considerações mais gerais, de caráter teórico, a respeito da análise lingüística de fenômenos variáveis.
- **UNITERMOS:** Pluralidade; concordância verbal; verbo existencial; verbo apresentacional; topicalidade; funcionalismo; sociolingüística.

1. Preliminares

A pluralidade é, ao lado do gênero, uma das noções mais concretas veiculadas por categorias mórficas de flexão. Tanto é verdade que o estruturalismo descritivista, em seu afã taxonômico já bem conhecido, esmerou-se no desenvolvimento de tipologia morfológica em que diferencia categorias meramente classificatórias que nada veiculam, como vogais temáticas, de categorias flexionais, como número, que quantificam os referentes envolvidos no processo de comunicação. No Brasil, a questão da pluralidade tem recebido a atenção de vários pesquisadores seja no âmbito da concordância verbal, seja no da concordância nominal. Entre alguns dos trabalhos mais conhecidos, enfocando a concordância verbal, destacam-se, em ordem cronológica, Lemle & Naro (1977, apud Lemle, 1978), Decat (1983) e Rodrigues (1989, 1989a); enfocando a concordância nominal, destacam-se Braga (1977) e Scherre (1986).

As línguas podem empregar diferentes estratégias para indicar a pluralidade. Línguas como o inglês e o francês conservam a flexão de plural no SN, enquanto o

1. Bolsista do CNPq (Processo 301185/92-1) – Departamento de Teoria Lingüística e Literária – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

verbo veicula muito menos informação. Essa característica está vinculada a outro princípio estrutural que não permite categorias vazias em posição de sujeito, com a liberdade que línguas como espanhol e português permitem. Línguas como o inglês e o francês pertencem ao parâmetro das línguas não *pro-drop*, ao contrário do português, do espanhol e do italiano, que pertencem ao parâmetro *pro-drop*. A característica mais marcante dessa distinção tipológica consiste no fato de que nas línguas do parâmetro *pro-drop* o pronome sujeito e a concordância verbal são redundantes, de modo que elas podem prescindir comumente do SN na função de sujeito. A Teoria da Regência e da Vinculação desenvolveu uma propriedade que explica por que nas línguas do parâmetro *pro-drop* o sujeito pode ser nulo. Essa propriedade é a própria flexão verbal, desdobrada em tempo e concordância (marcas de gênero, número e pessoa), que funciona como um regente apropriado para a posição de sujeito (cf. Lobato, 1986). Isso parece explicar por que o inglês e o francês conservam a flexão de plural no SN.

O que pensar de línguas, como o português, que não necessitam da presença manifesta de um SN sujeito que, nesse caso, veicularia a marca de pluralidade, necessária para o processo de comunicação? O que pensar, sobretudo, se uma marca manifesta no verbo, a flexão relativa a 3ª pessoa, como em *levaram* e *devem*, por exemplo, inclui-se numa regra fonológica de simplificação e desnasalização de ditongo, na variedade não-padrão? O que dizer, ainda, do parâmetro *pro-drop*, se a ausência de marcação na forma verbal implicar a obrigatoriedade do SN sujeito? A supressão de marcas flexionais no verbo pode comprometer a informação de pluralidade na sentença.

Na variedade não-padrão, há evidência de relação entre estratégias de pronominalização e concordância verbal, na direção de processo funcional de natureza compensatória. O esvaziamento da concordância verbal implica uma tendência ao preenchimento da posição de sujeito, na modalidade falada não-culta (Rodrigues, 1989a). Já no espanhol porto-riquenho a perda da informação de pluralidade no SN é muito mais radical que no português, uma vez que mesmo o determinante é freqüentemente afetado pela regra de supressão de [s]. Há, nesse caso, uma tendência para a marcação do plural no SV, já que os fatores funcionais não mostram efeito maior na supressão de [s] do SN do que outros fatores abordados. Já no verbo ocorre efeito oposto: os fatores funcionais inibem ao máximo o apagamento da marca de plural (cf. Poplack, 1980).

Explicações funcionalistas para alguns dados, sobejamente conhecidos, sugerem a importância da preservação da marca de pluralidade. Na evolução do francês, uma mudança sonora descendo do Norte eliminou as oclusivas surdas e [s]. Quando o [s] final se perdeu, perdeu-se também o meio normal de distinguir o singular do plural nos constituintes do sintagma nominal, de modo que o artigo singular *la* não mais poderia opor-se ao plural *las*, exceto nos casos em que fosse seguido por uma vogal. Entretanto, outras mudanças radicais na forma de plural preservaram a distinção. Conforme mostra o *Atlas Linguistique de France*, uma área da Região

Sul-Central da França, próxima ao limite sulista da perda de [s] final, outra mudança ocorreu: o *a* átono foi mudando para *o*. Embora essa mudança envolvesse tanto as formas de singular quanto as de plural, numa sub-região considerável em direção ao Norte, em que [s] se perdeu, essa mudança vocálica se diferenciou, de modo que *a* tornou-se *o* somente na forma de singular (Labov, 1972).

Esse argumento pretende demonstrar que as funções gramaticais podem provocar diretamente uma mudança sonora para necessidades comunicativas. Tanto é que a diferenciação compensatória da mudança na qualidade vocálica ocorreu unicamente onde a perda de [s] tornou-se uma regra categórica e uniforme. Além de demonstrar a importância da marcação de pluralidade e o esforço por sua preservação, esse fato implica que, sendo regular, uma regra variável proporciona informação suficiente para preservar as distinções básicas e as formas subjacentes, o que parece ser o caso da marcação de pluralidade em português.

Há, entretanto, fortes razões para recusar explicações funcionalistas, em favor de processos estritamente lingüísticos de natureza mecânica, similar ao que Poplack descobriu no SN do espanhol porto-riquenho, mediante o princípio de que uma marca leva a outra. Similarmente, Guy (1981, apud Scherre, 1986) observa que um SN sujeito seguido por um verbo no plural apresenta maior probabilidade de aplicação da regra de concordância nominal. Desse modo, também no português, um procedimento mecânico sobrepuja os procedimentos funcionais que requerem marca de pluralidade, quando o processo de comunicação assim o exigir.

Investigando o espanhol cubano, em termos das condições funcionais da supressão do marcador de plural, Terrel (1975, apud Poplack, 1980) afirma que os falantes do espanhol evitam suprimir todos os traços de indicação morfológica de número, sendo persistentemente preservada a primeira forma da estrutura sentencial. Outros trabalhos confirmam que o determinante, geralmente ocupando a primeira posição no sintagma nominal, é a categoria em que mais se observa a retenção de [s] (cf. Ma & Herasimchuk, Guy & Braga, apud Poplack, 1980; Scherre, 1986). Já os resultados de Poplack para o porto-riquenho mostram um efeito oposto, de redundância local, que se traduz numa tendência para a concordância no nível da seqüência: a ausência de um marcador no segmento precedente à ocorrência favorece a supressão nesse elemento, enquanto a presença de uma marca imediatamente precedente favorece a retenção de uma marca na ocorrência. Isso significa que, se a cadeia manifestar a supressão de marcas nos dois primeiros constituintes, é alta a contribuição do fator *posição* para a probabilidade de supressão no terceiro elemento. Se a seqüência for realizada com marcas na primeira e na segunda posições, é bem baixo o efeito da supressão no constituinte da terceira posição. O resultado é, enfim, exatamente oposto ao que se descobriu em outros estudos, chocando-se frontalmente com qualquer afirmação de natureza funcionalista. É importante verificar, então, se, na interação dos processos nominal e verbal de marcação de pluralidade, causas estritamente estruturais afetam a retenção ou preservação da marca de plural na 3ª pessoa do verbo.

A concordância verbal no português brasileiro inclui-se no conjunto dos fenômenos gramaticais sujeitos à variação. Ainda que pese significativamente a influência da tradição normativa na escola, é possível afirmar que, nem mesmo no âmbito da variedade culta, esse processo sintático pode ser considerado regra categórica, que se aplique invariavelmente, independentemente de outras restrições de natureza sintático-semântica ou discursiva. Que sofre injunções de ordem externa, derivadas da diversidade sociocultural, é uma realidade óbvia e indiscutível. Não é, porém, esse aspecto do fenômeno que interessa aqui, e sim verificar, em primeiro lugar, se a ela se aplicam condições funcionais, tais como a da universalidade da topicalidade, como controlador em geral de concordância gramatical, mais especificamente neste caso da concordância verbal e, em segundo lugar, se causas funcionais interagem com exclusividade na aplicação da regra.

Os casos de concordância acham-se circunscritos, neste trabalho, unicamente à terceira pessoa verbal e à modalidade culta, por uma razão de caráter teórico e outra de natureza prática, vinculada ao tipo de dados em exame.

Examinemos, inicialmente, a segunda razão. Pelo exposto parece ser suficientemente óbvio que as variedades populares inibem com muita frequência a aplicação de concordância verbal e que, ao mesmo tempo, não parece ser uma regra categórica, obrigatória nas variedades cultas. É natural que o exame do fenômeno pareça ter tanta relevância nesse âmbito quanto no das variedades não-padrão, que, conforme Rodrigues (1989), é governado, em maior escala, por fatores de natureza extralingüística.

A razão teórica tem seu fundamento na hierarquia universal da topicalidade, fornecida por Givón (1976), que se refere à probabilidade de vários sintagmas nominais argumentos constituírem o tópico da sentença. Tal probabilidade está representada por relações hierárquicas binárias nos seguintes moldes:

- (1) a. humano > não-humano
- b. definido > indefinido
- c. participante mais envolvido > participante menos envolvido
- d. 1ª pessoa > 2ª pessoa > 3ª pessoa

Em (1), *a* reflete a tendência do ser humano de falar mais sobre seres humanos, em função da natureza ego/antropocêntrica do discurso; *b* traduz-se como um reflexo de a informação velha constituir o tópico e a informação nova, o comentário; *c* prediz uma hierarquia de caso do tipo agente > dativo > acusativo, que se origina de uma interdependência altamente universal da função tópico do discurso e da função semântica agente em uma função sujeito; essa hierarquia se sustenta, ainda, na composição predominantemente humana de agentes e dativos no discurso, correlacionada, por sua vez, com a alta frequência de definidade de argumentos agente e dativo, normalmente humanos, e na correlação mais vs menos envolvimento na ação no emparelhamento dativo vs. acusativo; *d*, finalmente, expressa o caráter egocêntrico do discurso, segundo o qual o falante tende a ser o ponto universal de referência e o argumento mais altamente pressuposto.

Conforme se observa, a categoria mais forte na hierarquia universal de topicalidade de Givón é justamente a 1ª pessoa. É certo que há estreita relação implicacional entre todas, dado que o caráter egocêntrico do discurso implica agentividade, definidade e humanidade. Ora, sendo o próprio falante o ponto universal de referência, é óbvio que a maior variação em termos das categorias, e daí o maior foco de interesse, reside justamente na 3ª pessoa.

Há, na literatura, evidência empírica que comprova haver diferença no grau de estigmatização entre concordância de 1ª e 3ª pessoas. Rodrigues entende que a variante não-padrão da regra de concordância verbal, seja ela referente a 1ª ou a 3ª pessoa, é uma característica da variedade popular da cidade de São Paulo. A ausência de concordância na 3ª pessoa, entretanto, tem frequência mais elevada que a de 1ª pessoa, diferença essa justificada por fatores extralingüísticos: "O erro de concordância na 1ª pessoa do plural é mais saliente, sob o ponto de vista social, nos grandes centros urbanos; ele é estigmatizado e identifica o falante do interior, da zona rural das diferentes regiões brasileiras" (Rodrigues, 1989, p. 586).

Há, todavia, sérias razões para crer que a causa motivadora da estigmatização mais elevada da concordância de 1ª pessoa tenha a ver também com a hierarquia universal da topicalidade de Givón. Com efeito, na variedade popular, que simplifica radicalmente o sistema de conjugação verbal, é a 1ª pessoa a mais preservada. De certa forma a variedade popular opõe a 1ª a todas as demais pessoas, de modo tal que uma sentença como (2) é de ocorrência altamente improvável, a não ser em dialetos de comunidades estrangeiras, especialmente de imigrantes italianos.

(2) Eu compra arroz.

Na maior parte das variedades do português, razões de ordem diacrônica aproximaram a 2ª da 3ª pessoa, impondo àquela as mesmas condições estruturais. Parece que a 3ª pessoa é a forma não-marcada, como se pode observar nos casos em que ou a impessoalidade ou a indeterminação do agente deslocam o foco, desviando-o para a não-pessoa:

(3) Há muitos carros no pátio das fábricas.

(4) Apertaram o cerco.

Esses fatos parecem mostrar evidência de que a concordância verbal é governada mais pela categoria da personalidade do que pela de número do sintagma nominal que constitui o tópico sentencial.

Com base nas considerações acima, examina-se neste trabalho um universo quantitativamente considerável referente à variedade culta do português falado na cidade de São Paulo. O material coletado constitui uma amostragem de um registro formal tenso e de um registro coloquial distenso, relativos, respectivamente, a dois levantamentos constantes do Projeto NURC: *elocuições formais*, correspondente à transcrição de 60 horas de gravação (cf. Castilho & Preti, 1986) e *diálogo entre dois*

informantes, constituído, por sua vez, de 140 horas de gravações (cf. Castilho & Preti, 1987). Os critérios de seleção dos informantes do Projeto NURC tinham como pré-requisito que eles possuísem formação universitária, fossem nascidos na cidade de São Paulo, fossem filhos de falantes nativos do português e estivessem numa faixa etária entre 25 e 56 anos.

Desse inventário selecionou-se um *corpus* correspondente a 25% do material transcrito no volume II, referente ao *diálogo entre dois informantes* (DID) e a 50% do volume I, referente às *elocuições formais* (EF), empregando-se, nesse caso, uma técnica de escolha aleatória através da qual fosse possível representar no *corpus* todo o material transcrito. O *corpus* total inclui 252 casos possíveis de concordância verbal de 3ª pessoa referentes às *elocuições formais* e 229 casos possíveis referentes ao *diálogo entre dois informantes*. É necessário esclarecer que não se leva em consideração na análise variáveis sociais, incluindo aí diferenças de registro, pressupostas naturalmente na distinção DID/EF do Projeto NURC, nem tampouco se dá relevância metodológica ao caráter quantitativo do levantamento, preferindo-se selecionar qualitativamente os dados mais pertinentes.

Nas seções seguintes, procura-se dar uma interpretação funcional para alguns dados selecionados de concordância verbal e, em contraposição, mostra-se, consecutivamente, a influência de condições mecânicas, de caráter estrutural; para finalizar, tecem-se algumas considerações mais gerais, de caráter teórico, a respeito da análise lingüística de fenômenos variáveis.

2. Uma explicação funcional

Usando argumentos muito convincentes, Givón (1976) empenha-se em derrubar dois mitos da teoria lingüística tradicional, um dos quais se refere ao fato de que a concordância gramatical, tradicionalmente identificada com a relação verbo/sujeito, é na realidade o resultado de uma estrutura subjacente em que o tópico, e não o sujeito gramatical, é o elemento controlador desse tipo de processo gramatical. O outro mito, que não nos interessa diretamente, diz respeito à pressuposição tácita de que concordância e pronominalização sejam processos distintos e desvinculados um do outro.

Tais processos constituem um único e mesmo fenômeno de modo tal que não é possível traçar entre eles um limite rigoroso, nem de uma perspectiva sincrônica nem de uma perspectiva diacrônica. E, com efeito, Givón demonstra, primeiramente em termos diacrônicos, que a concordância gramatical é o resultado de construções de mudança de tópico em que o sintagma nominal topicalizado é correferencial a um dos argumentos do verbo. A relação estreita entre esse processo e o da pronominalização se baseia no fato de que o substantivo correferencial é substituído por um

pronome anafórico, e é justamente esse pronome que deve ser tratado como concordância de tópico.

Em termos sincrônicos, os antigos pronomes devem, segundo Givón (1976), ser reanalisados como morfemas de concordância, continuando a exercer muito comumente sua função anafórica. Sendo assim, línguas com um paradigma viável de concordância verbo/sujeito podem suprimir anaforicamente o sintagma nominal sujeito, sem necessariamente substituí-lo por um pronome independente.

Embora os argumentos de Givón considerem processos de concordância gramatical em que a pronominalização anafórica em construções de mudança de tópico tenha deixado vestígios sincrônicos sob a forma de morfemas prefixais e sufixais de concordância com o tópico, é possível encontrar no português brasileiro indícios semelhantes desse processo cruzado em construções como:

- (5) Agora o ladrão ele desapareceu correndo.

Não parece haver, entretanto, qualquer indicação segura de que o português possa estar desenvolvendo o fenômeno de concordância gramatical nos termos acima desenvolvidos. É pertinente, nesse caso, a idéia de que o tópico, e não o sujeito gramatical, é o principal elemento no controle da concordância gramatical, não como uma relação entre processos de mudança de tópico e pronominalização anafórica, mas em relação a um tipo específico de concordância gramatical – a que se dá entre o verbo e seu sujeito.

Examinando agora os dados coletados, é óbvio afirmar que os resultados gerais apresentam alta incidência de casos de aplicação da regra de concordância verbal, com diferença correspondente à diferença mínima de registro observada. De fato, em 95,2% dos casos possíveis no registro coloquial tenso, houve aplicação positiva de concordância verbal, contra insignificantes 3,1% de ausência do processo. No registro coloquial distenso, 86,0% dos casos possíveis sofreram a ação da regra de concordância, em contraste com 11,7% de casos negativos. Há algumas incidências marginais de uma aplicação excessiva da regra, hipercorreção motivada, talvez, por pressão normativa, correspondentes a índices de 1,5% e 2,1%, respectivamente. Interessa mais aqui, entretanto, discutir qualitativamente, mais do que quantitativamente, os casos de não-observância desse processo gramatical, relativos, em sua maioria, a ocorrências de estrutura sentencial com verbos existenciais. Observem-se os exemplos abaixo:

- (6) era os cavadores esse nome (EF-SP-153, p. 95)
(7) bateu seis horas (DID-SP-343, p. 44)
(8) vai milhões (de lemingues) para o mar (DID-SP- 343, p. 52)
(9) o fato de em um segundo morrer duas mil pe/ahn duzentas mil pessoas apavora (DID-SP-343, p. 56)
(10) então sai as brigas em família (DID-SP-343, p. 48)
(11) diz que falta elementos técnicos na empresa que eu trabalho que é de eletricidade (DID-SP-62, p. 84)

- (12) era assim profundo conhecedor de de do quem era os ministros e de atos de governo (DID-SP-255, p. 116)
- (13) a não ser quando era as estudantes que iam para a escola (DID-SP-396, p. 184)
- (14) como vai os B. como vai? (DID-SP-396, p. 196)
- (15) nesse tempo existia...também já existia suas modistas grandes aqui como... (DID-SP-396, p. 200)
- (16) era só...só :: operários que usavam (lá) para o trabalho (DID-SP-396, p. 220)

As estruturas sentenciais acima incluem tanto verbos de natureza existencial e/ou apresentacional, como os tradicionais, *ser* e *existir*, e intransitivos, como *faltar*, *morrer*, quanto outros tipos, como *ir* locativo ou de processo, que, por permitirem posposição de sujeito, podem ser incluídos no mesmo paradigma gramatical.

A construção existencial constitui o principal mecanismo de que dispõem as línguas para a introdução de elementos novos no discurso, razão por que é comumente denominado também apresentacional. Há muitas línguas em que é condição fundamental empregar construções existenciais na apresentação de substantivos indefinidos não-genéricos. É reduzido o número de verbos que podem ser usados nessas construções: são, em sua maioria, verbos apresentacionais, do tipo existencial, como *ser* e *existir*; intransitivos, como *viver*, *vir*, *ficar*; e outros de ação e locativos, com um emprego mais restrito, desde que exerçam a função pragmática de introduzir o elemento novo na cena física ou, metaforicamente, no cenário da ação relatada (cf. Givón, 1976).

De um ponto de vista formal, o novo é introduzido na função de sujeito do verbo apresentacional. De um ponto de vista funcional, as construções existenciais recebem duas diferentes marcas, se comparadas à sentença declarativa, em que o sujeito constitui a informação pressuposta, exercendo papel de tópico. Uma marca consiste, então, no deslocamento do verbo para a posição inicial da sentença, em termos gerativo-transformacionalistas; em termos funcionalistas, no emprego de uma sintaxe do tipo *verbo-em-primeiro*. Pode-se avaliar a força dessa construção, em comparação à tendência universal de apresentar a informação velha em primeiro lugar nas sentenças.² A outra marca de construções existenciais consiste numa tendência igualmente forte das línguas de retirar do sujeito lógico o controle da concordância gramatical dos verbos existenciais/apresentacionais, neutralizando-a completamente, como parece ser o caso do português, ou de mudar o controle, atribuindo-o a um locativo, processo comum também no português, como é possível verificar em sentenças como, por exemplo, *Hoje é domingo*; *Lá tem aquelas noites prateadas*; *Aqui é um advogado*.

Em termos funcionais, é possível afirmar que a concordância locativa e/ou a variação na ordem dos constituintes serve para marcar a construção existencial,

2. Relativamente ao português falado, é ainda relevante considerar aqui a posição diversa defendida por Pezatti (1992), segundo a qual construções apresentacionais com verbos existenciais não constituem formas marcadas, mas seqüências tão naturais quanto as de ordem SV(O).

distinguindo-a, assim, da construção declarativa, cujo sujeito controla normalmente a concordância. Comparando esse mecanismo à tendência das línguas de rejeitar sujeitos locativos em construções declarativas normais, é ainda mais notável a eficiência da estratégia de concordância locativa nas construções existenciais.

Givón dá a seguinte justificativa para o fato de ser o locativo, em vez de qualquer outro elemento do caso oblíquo, usado no início de construções existenciais: o cenário é montado antes de serem introduzidos os atores humanos, ou seja, o tempo e o lugar são mencionados primeiro, constituindo, nesse caso, os elementos mais altos da escala de topicalidade, antes de serem apresentados os atores reais. Pode, por conseguinte, não ser um acidente que tais mecanismos aliados à variação de ordem sejam comumente usados para neutralizar a concordância de sujeito nessas construções.

Enfocando especificamente a interação entre os processos sintáticos de concordância sujeito-verbo, topicalização e posposição do sujeito, Decat (1983) confirma a hipótese, também desenvolvida por Pontes (1987), de que a ausência de concordância em estruturas sentenciais com sintagma nominal posposto, tradicionalmente considerado sujeito, decorre de serem elas desprovidas de tópico, que é tratado aí como o verdadeiro controlador da concordância verbal.

Há um ponto questionável no trabalho de Decat que merece discussão, devido a excesso de generalização. As evidências, derivadas fundamentalmente de casos de variedade culta falada e da variedade escrita, levam-nas a concluir que a concordância verbal é obrigatória ao aplicar-se para trás, circunstâncias em que é o sintagma nominal em função de tópico, imediatamente anterior ao verbo, que controla o processo; é optativa ao aplicar-se para frente, quando o controlador da concordância está posposto ao verbo. O que é criticável, nesse aspecto da questão, é o tratamento igual dado às variedades culta e popular e às modalidades oral e escrita. Parece não ser possível englobar todos esses fatores variáveis numa mesma e única gramática. No mais, a hipótese da topicalidade como controladora da concordância verbal parece coincidir com os dados aqui examinados.

Esse condicionamento funcional é, inclusive, o indício mais forte do caráter variável da regra de concordância verbal, ainda que se considerem os limites da variedade culta. Rodrigues (1989a) reforça o aspecto funcional, ao mencionar o fato de que, no caso da variedade não-padrão, a ausência de marca de plural na forma verbal é funcionalmente compensada por uma estratégia de pronominalização que preenche a posição de sujeito na estrutura da sentença. Vê-se, então, que pronominalização e anáfora zero são mecanismos que interagem sintática e semanticamente com a supressão de marcas de pluralidade.

Pode-se agregar a esses dados uma explicação similar para o bloqueio de sentenças como (17) *b*, a seguir. As sentenças que cumprem rigorosamente as injunções normativas apresentam alta taxa de redundância, já que a variedade padrão marca o plural em cada elemento do sintagma nominal, copiando-o também na pessoa verbal. Aplicando-se, todavia, os processos fonéticos de redução e desnasalização de ditongos e de supressão de segmentos consonantais, mais afeitos às variedades

não-padrão, ter-se-ia, hipoteticamente, como caso oposto, a ambigüidade referencial. Entretanto, não parece viável a ocorrência de (17) a, em lugar de (17) b.

- (17) a. Aquele menino pequeno come lanche no recreio.
- b. Aqueles meninos pequenos comem lanche no recreio.

Uma explicação possível para o bloqueio de (17) a tem apoio na condição de distintividade de Kiparsky (1972), segundo a qual há uma tendência à retenção de informação semanticamente relevante. Nesse caso, a aplicação de fatores fonológicos seria bloqueada nos casos em que o processo envolvesse o apagamento de distinções morfológicas e, ao contrário, seria favorecida nos contextos em que houvesse a presença de fatores desambigüizadores, que enfraqueceriam a carga funcional de tais distinções.

3. Uma explicação estrutural

Examinando, agora, os casos estatisticamente menos significativos, em que o SN controlador do processo está à esquerda do verbo, é possível verificar não apenas que a concordância verbal não é obrigatória "para trás", obrigatoriedade afirmada por Decat (1983), mas também que as condições estruturais impedem de buscar nos dados qualquer explicação de caráter funcionalista. Observem-se as sentenças (18-24).

- (18) ... ela depende do que as pessoas esperam ganhar no futuro... e do que deixaram de ganhar no presente... especulando sobre o futuro, certo? *está* especulando no fim... no fundo sobre a rentabilidade futura... (EF-SP-338, p. 43)
- (19) ... aquele preço que eles cobram... porque precisam... *senão morre* de fome. (DID-SP-62, p. 92)
- (20) ... como os grandes quadros de Joseph (Vermeer)... que *representa* no século dezoito... (EF-SP-156, p. 87)
- (21) ... agora mil carros andando *causa* um problema. (DID-SP-343, p. 24)
- (22) ... a documentação das confrarias religiosas... que *eram* um manancial riquíssimo... (EF-SP-156, p. 85)
- (23) ele imagina um casal de jovens que *vão* assistir um filme americano médio... (EF-SP-153, p. 109)
- (24) os pontos de referência *é* a arte popular. (EF-SP-156, p. 87)

Dos casos acima, (18) e (19) são exemplos de anáfora zero, (20) a (23) são exemplos de SNs controladores antepostos ao verbo e distantes dele, já que o relativo rompe a adjacência entre o sujeito e o verbo; (24), finalmente, constitui um caso de sujeito pré-verbal adjacente ao verbo. Observe-se, ainda, que (22) e (23) representam casos de hipercorreção, tendência quase exclusiva de falantes cultos, considerando-se aqui como termo de comparação a forma padrão tal como se apresenta nas gramáticas normativas.

Considerando primeiramente a anáfora zero, observa-se que, nesses casos, o falante, em seu monitoramento da estrutura sentencial, perde o SN controlador, em razão de estar distante do verbo. Como, entretanto, explicar os outros casos de não-adjacência, em que o SN controlador da concordância não está tão distante que o falante tenha dificuldade de controlar o processo, sobretudo no caso da concordância, cuja variante não-padrão é extremamente estigmatizada?

O que ocorre nas sentenças (20) e (24) é que, havendo um SN complexo, cujo núcleo seja seguido por algum modificador, nem sempre é o núcleo do SN que exerce a função de controlador da concordância verbal, mas a flexão do constituinte mais adjacente ao verbo, não importa a categoria gramatical. Isso explica por que em (20), (21) e (24) o verbo está no singular e por que em (22) e (23) está no plural.

Embora estatisticamente pouco significativos para conclusões mais definitivas, os dados analisados parecem indicar que o processo de concordância verbal consiste numa regra variável, mesmo quando o constituinte controlador está para trás, ou à esquerda do verbo. É também importante observar que as condições estruturais que exercem influência na variação são de natureza diversa, de modo que nem sempre é possível creditar a elas alguma explicação funcional relevante.

4. Algumas considerações teóricas

Que lições teórico-metodológicas podem propiciar os resultados acima discutidos, é o que passamos agora a examinar, estendendo a discussão para a questão da seleção de perspectiva de abordagem, que permeia o trabalho lingüístico.

Explicações de natureza funcional, como a de Kiparsky (1972) e a de Givón (1976), aplicadas aos dados de concordância verbal, acham-se estreitamente vinculadas à comunicação e à distribuição de informação, e suas perspectivas variam de acordo com a extensão do contexto lingüístico. É possível distinguir, pelo menos, cinco posições funcionais, que diferem entre si por considerarem conceitos de contexto funcional progressivamente mais abrangentes.

A primeira diz respeito à eficiência comunicativa das unidades estruturais de Martinet, segundo a qual a carga funcional de um elemento se define pela quantidade de traços que o opõe aos demais elementos do mesmo paradigma. A segunda posição se refere às condições de distintividade de Kiparsky, já mencionadas, em que o conceito de função envolvido não se refere à oposição de um membro de um sistema aos demais, mas ao relacionamento direto entre uma dada forma e seu significado referencial. A terceira posição concerne à motivação discursiva da estrutura sentencial, que inclui a Escola de Praga e seguidores mais recentes, como Halliday e Kuno. A idéia de que a estrutura sintática deve ser explicada através de princípios comunicativos, desenvolvida principalmente por Givón, representa a quarta posição. O

conceito de competência comunicativa, de Hymes, que identifica o contexto social mais abrangente, representa a quinta posição (cf. Labov, 1987).

Assim, as condições de distintividade semântica de Kiparsky abrem um escopo mais abrangente que o enfoque de Martinet (1962, apud Labov, 1987), centralizado na eficiência informativa das unidades estruturais, no nível paradigmático, mas comparativamente menos abrangente que o enfoque da motivação discursiva da estrutura gramatical, que vincula a Escola de Praga a Halliday e a outras tendências funcionalistas mais recentes e extremamente fecundas, representadas por Chafe, Givón e outros. Há, como se viu acima, razões funcionais para justificar aspectos da concordância verbal, enquadrando-a, seja no modelo de Kiparsky, seja no de Givón.

A abordagem formalista, identificada pela corrente gerativista, representa, contrastivamente, a principal oposição às explicações de natureza funcionalista, sustentada em princípios teóricos e ideológicos essenciais já bastante conhecidos, que é possível resumir no seguinte: embora o objeto de estudo seja essencialmente a linguagem, os formalistas tendem a considerá-la por princípio um fenômeno mental, e os funcionalistas, um fenômeno social; os universais lingüísticos derivam-se, na concepção formalista, de uma herança lingüística geneticamente comum à espécie humana; já na concepção funcionalista, derivam-se da universalidade dos usos a que está sujeita a linguagem nas sociedades humanas. Enquanto os formalistas tendem a explicar a aquisição da linguagem em termos de uma capacidade inata da mente humana, os funcionalistas tendem a explicá-la como um desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança na sociedade. Para os formalistas, sobretudo, estudar o uso da língua significa algo radicalmente diferente de analisar sua estrutura; em consequência, os formalistas estudam a linguagem como um sistema autônomo, centralizado na sintaxe, em oposição aos funcionalistas, para os quais só é possível estudar a linguagem em sua relação com o contexto social.

É óbvio que uma das abordagens da linguagem no contexto social, a tendência variacionista, inclui-se, a partir dos aspectos em oposição acima mencionados, mais apropriadamente na área do funcionalismo do que na do formalismo. Em sua fase inicial, a sociolingüística sustenta, inclusive, posições teórico-metodológicas que a distanciam da tendência formalista, como uma abordagem alternativa. Defende, em sua fase inicial, a covariação sistemática entre fatores sociais e lingüísticos, reconhecendo, por conseguinte, a possibilidade teórica de que fatores sistemáticos do contexto social interferem na estrutura lingüística, através da implementação, avaliação e transição de variáveis lingüísticas.

Os estudos variacionistas, já na fase funcionalista, voltaram-se especialmente para os componentes fonológico e morfológico e, numa etapa mais avançada, trataram também de aspectos sintáticos. Uma forte reação aos estudos sintáticos na abordagem variacionista, provocada por Lavandera (1978), Romaine (1981) e García (1985), causou uma crise no seu estatuto metodológico. O ataque de Romaine mirou o aspecto indutivista da teoria laboviana, enquanto os de Lavandera e García, o estatuto teórico de regra variável, quando aplicada à sintaxe. Nessa etapa, a tendência dos estudos

variacionistas passou a dar maior destaque às condições propriamente lingüísticas que às extralingüísticas. Weiner & Labov (1983) afirmam que a razão para restringir a extensão do termo *significado*, em vez de expandi-la, é compatível com o enfoque sociolingüístico, que procura evidência objetiva da diferenciação social e estilística das formas lingüísticas. Não decorre daí que toda variação lingüística subserve a função de identificar a posição social do falante e de ajustar-se à do interlocutor: algumas variáveis resultam de fatores articulatórios que condicionam processos gramaticais, algumas refletem o reconhecimento variável de fronteiras gramaticais e outras parecem representar resíduo de processos históricos que persistem, mesmo após terem desaparecido as condições que permitiram seu surgimento. Não há razão, portanto, para restringir o estudo da variação a modos alternativos de dizer a mesma coisa (Weiner & Labov, 1983, p. 31).

É, entretanto, a partir da década de 80 que, respondendo a críticas ao modelo explanatório até então desenvolvido, a sociolingüística laboviana discute mais explicitamente a questão do apagamento de segmentos e do compromisso da estrutura lingüística com a hipótese funcionalista, ainda que pese significativamente sua influência na explicação dos casos acima discutidos. Assim, se a supressão de um segmento, como, por exemplo, a variável (t,d) do inglês, em formas como *missed*, não causar prejuízo funcional é porque o sistema apresenta certas garantias estruturais de diversas ordens, de modo que o fenômeno em si não lhe compromete o funcionamento (Labov, 1984, apud Tarallo, 1990, p. 214). Busca-se um equilíbrio entre condições de ordem estrutural, mecânica, e condições de natureza funcional.

Examinando formas alternativas de passiva e ativa sem agente, Labov observa, inicialmente, haver independência entre fatores internos, estruturais e os fatores externos, de natureza social, de modo que todos os setores da população por ele investigada parecem tratar a escolha entre passiva e ativa do mesmo modo. Acrescenta, ainda, que, embora não deixe de ser relevante, o fator funcional, referente à distribuição de informação no discurso (dado vs. novo), tem importância menor, comparado à tendência mecânica de preservar o paralelismo estrutural, que mantém o mesmo referente na mesma posição (Weiner & Labov, 1983, p. 56).

Labov (1987) relativiza ainda mais o alcance das explicações funcionais, enumerando uma série de contra-argumentos, em favor da autonomia das condições de natureza estritamente lingüísticas. Antes de fazê-lo, contudo, mostra que a posição negativa aos argumentos funcionais apresenta três aspectos: a) como princípio de política geral, o estudo do uso da linguagem é um tanto diferente do estudo da estrutura e, possivelmente, não muito importante para o lingüista; em qualquer caso, só deveria ser estudado depois que o estudo da estrutura estivesse resolvido; b) como posições teóricas específicas, menciona Labov o princípio de que, sendo autônoma, a sintaxe pode ser estudada separadamente da semântica; a função contrastiva dos sons não determina o sistema fonológico, podendo, além disso, ser suspensa por algum tempo, sem romper o sistema; c) como posição ideológica, menciona o princípio de ser a faculdade de linguagem uma estrutura inata e, como tal, isolada da interação social.

É interessante anotar aqui que Labov considera que os estudos variacionistas baseiam-se em princípios contrários a (a) e (c), mas, surpreendentemente, não a (b):

Nos últimos cinco anos, tornei-me, entretanto, cada vez mais desconfiado de argumentos funcionais, por inúmeras razões, resumidas a seguir neste artigo. O exame cuidadoso de evidência quantitativa da língua em uso tende a sustentar com maior frequência a posição (b) acima. Argumentos funcionais são geralmente vagos; como já se afirmou, o tipo de informação veiculada é raramente especificado. Há, além disso, uma corrente de auto-satisfação em muitos argumentos funcionais: um mecanismo lingüístico é, em algum sentido, considerado melhor quando veicula mais informação e pior, quando não. Eu próprio me considero inerentemente desconfiado de algo inerentemente bom. (Labov, 1987, p. 313-4)³ [tradução nossa]

Parece relevante discutir, em vista dos dados acima examinados, e dos caminhos teóricos, como os que a sociolingüística vem trilhando, se alternativas teórico-metodológicas são, na verdade, mais relevantes que a explicação de dados lingüísticos e do funcionamento e evolução do sistema como um todo, ou, em outros termos, se a opção epistemológica deve necessariamente preceder a explicação dos dados.

Conquanto pareça salutar a divisão de uma disciplina científica em setores diversos, cada qual com sua própria perspectiva da natureza e dos limites dos fenômenos em observação, a complementaridade passa a ser uma exigência necessária. A tendência de Labov, nos estudos variacionistas, muito bem delineada por Tarallo (1990), pode significar uma seleção drástica que recuse qualquer possibilidade de intercâmbio, como o diálogo de surdos em que se interpõem funcionalistas e formalistas.

Parece que o princípio de que o ponto de vista determina o objeto, aparentemente desgastado, emerge frequentemente nos estudos lingüísticos. É necessário, entretanto, considerar prioritárias a descrição e a explicação dos fatos, sejam eles de natureza fonológica, morfossintática ou semântica. Não está absolutamente em questão a natureza do enfoque, se variacionista, funcionalista ou formalista, mas sua natureza explanatória e seu potencial na abordagem do dado em causa. Seria altamente positivo explorar todas as possibilidades analíticas, submetendo dados a todo tipo de variável que se mostrar pertinente, social, discursiva e intrinsecamente lingüística. É, pelo menos, o caminho que parecem indicar os dados de concordância verbal aqui examinados.

3. Cf. o original: "Yet over the past five years I have become increasingly doubtful of functional arguments for a number of reasons to be outlined in the paper to follow. Close examination of quantitative evidence on the use of language tends to support position (b) above more often than not. Functional arguments are often stated vaguely; as indicated above, the kind of information being communicated is rarely specified. Moreover, there is a current of self-satisfaction in many functional arguments: a linguistic device is considered better in some sense if it communicates more information, and worse if it does not. I find myself inherently suspicious of anything that is inherently good".

CAMACHO, R. G. Functional and structural aspects of subject-verb agreement in spoken Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v. 37, p. 101-116, 1993.

- **ABSTRACT:** *This paper examines linguistic constraints of subject-verb agreement in a sample from spoken standard dialect in São Paulo City. The results show that subject-verb agreement is a variable rule even in the standard dialect and it is determined by both functional and structural constraints. From a functional perspective, plural deletion is observed in existential, presentative verbs. From a structural perspective, the nominal phrase head does not always control agreement process, which is exerted by the element most adjacent to the verb. These observations lead to more general and theoretical considerations about linguistic analysis of variable phenomena.*
- **KEYWORDS:** *Plurality; subject-verb agreement; existential verb; presentative verb; topicality; functionalism; sociolinguistics.*

Referências bibliográficas

- BRAGA, M. L. *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CASTILHO, A. T., PRETI, D. (Org.) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/Fapesp, 1986. v. 1.
- _____. *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: materiais para seu estudo*. São Paulo: T. A. Queiroz/Fapesp, 1987. v. 2.
- DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. *Ensaios de lingüística*, v. 5, n. 9, p. 91-148, 1983.
- GARCÍA, E. Shifting variation. *Lingua.*, v. 67, p. 189-224, 1985.
- GIVÓN, T. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, Ch. N. (Ed.) *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 149-87.
- KIPARSKY, P. Explanation in phonology. In: PETERS, S. (Ed.) *Goals of linguistic theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1972. p. 189-227.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- _____. The overestimation of functionalism. In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 311-32.
- LAVANDERA, B. R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in society*, v. 7, p. 171-82, 1978.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, v. 53/54, p. 60-94, 1978.
- LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- PEZATTI, E. G. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.
- PONTES, E. *O tópic no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.
- POPLACK, S. Deletion and disambiguation in Puerto Rican Spanish. *Language*, v. 56, n. 2, p. 371-85, 1980.

- RODRIGUES, A. C. S. Variação lingüística e contexto social: concordância verbal no português falado em São Paulo. *Estudos lingüísticos*, n. 17, p. 578-87, 1989.
- _____. Concordância verbal e estratégias de pronominalização. *Estudos Lingüísticos*, n. 18, p. 546-54, 1989a.
- ROMAINE, S. The status of variable rules in sociolinguistic theory. *Journal of Linguistics*, v. 17, p. 93-119, 1981.
- SCHERRE, M. M. P. Visão global de um fenômeno de variação em português: a regra de concordância de número entre os elementos do sintagma nominal. In: *Projeto subsídios sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação*. Relatório final apresentado ao Finep, 1986. p. 144-231.
- TARALLO, F. A estrutura na variação: do falante-ouvinte real ao falante-ouvinte real. *Delta*, v. 6, n. 2, p. 195-222, 1990.
- WEINER, E. J., LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, v. 19, p. 29-58, 1983.